



REQUERIMENTO Número /XI (.ª)

PERGUNTA Número /XI (.ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da
Mesa

Assunto: Encerramento da Linha Ferroviária do Alentejo e serviço rodoviário alternativo

Destinatário: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A REFER suspendeu a partir do passado dia 10 de Maio, o serviço ferroviário na Linha do Alentejo, no troço Bombel-Casa Branca, por um prazo anunciado de um ano, reafirmando que tal interrupção será “temporária”, informando que “a CP irá disponibilizar serviços de transporte rodoviário alternativos”.

Segundo a própria REFER, a interrupção da circulação seria necessária “para viabilizar as obras de modernização do troço entre Vendas Novas e Casa Branca”. Reconhecendo-se razoabilidade nesta argumentação, para uma maior eficácia das obras de modernização do troço de 37,4 kms da Linha, não se compreende, porém, porque razão é que foi totalmente suspensa a circulação de quaisquer comboios, em qualquer troço da Linha do Alentejo. Ou seja: a CP, a pretexto da interrupção da circulação em 37,4 kms de uma linha que tem 215,3 kms de extensão total, decidiu suspender todo e qualquer serviço ferroviário em toda a Linha.

Esta decisão é, para o Bloco de Esquerda, totalmente inaceitável. Não apenas porque revela uma total falta de consideração pelos direitos dos utentes dos transportes públicos, como a suspensão total do serviço veio reduzir drasticamente a qualidade das ligações em transporte público que antes se efectuavam na Linha do Alentejo. De facto, o dito “serviço rodoviário de transportes alternativo” da CP não é alternativo de coisa nenhuma, pois não se aproxima minimamente do serviço de transportes anteriormente assegurado pela Linha do Alentejo, impossibilitando, por exemplo, que se consiga, em tempo útil, realizar uma viagem de ida e volta Beja-Lisboa-Beja num só dia.

Estão à vista as consequências do péssimo serviço prestado: transferência de parte dos utentes para as empresas rodoviárias privadas, aumento do tempo total das deslocações, aumento significativo

do custo das deslocações e transferência de uma outra parte dos utentes para a opção do transporte individual privado.

No entendimento do Bloco de Esquerda, tudo isto poderia ser reduzido ao mínimo se se mantivesse o serviço ferroviário nos troços da linha não intervencionada, pelo menos com a mesma frequência e com os mesmos horários anteriores, assegurando a CP um serviço rodoviário alternativo para garantir o transbordo dos utentes de cada comboio, no troço entre Bombel-Casa Branca, e a exemplo do que a própria CP faz, quando há uma interrupção inesperada na circulação ferroviária. Esta sim, seria a única forma de minimizar os inconvenientes da interrupção de serviço na Linha do Alentejo.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, as seguintes perguntas:

1. Está o Governo a par das reais dificuldades de utilização por parte dos passageiros da anterior Linha do Alentejo e da péssima qualidade de serviço rodoviário alternativo que a CP está presentemente a assegurar, chegando-se a demorar cerca de 5h numa viagem entre Beja-Lisboa?
2. Entende o Governo que esta é uma forma aceitável de respeitar “os direitos dos passageiros nos transportes”, tal como o próprio se compromete junto da Comissão Europeia a fazê-lo, designadamente nas orientações que apontam para a prioridade ao transporte ferroviário?
3. Como avalia o Governo a possibilidade de se introduzir um esquema de exploração do serviço de transporte de passageiros que mantenha a circulação ferroviária em ambos os extremos Norte e Sul da Linha, efectuando-se o transbordo por via rodoviária, apenas no troço que está intervencionado entre Bombel-Casa Branca, e assegurando-se o cumprimento dos horários e frequências antes da interrupção da circulação?

Palácio de São Bento, 02 de Setembro de 2010.

O Deputado

Heitor de Sousa